PROJETO DE LEI N.º 2.759-B, DE 2011
(Do Sr. Edson Pimenta)

Altera o Estatuto do Idoso em relação à prioridade na tramitação dos processos judiciais; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste e dos de nºs 5206/13 e 1829/15, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do de nº 6972/13, apensado (relator: DEP. SERGIO VIDIGAL); e da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, pela aprovação deste e dos de nºs 5206/13 e 1829/15, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e pela rejeição do de nº 6972/13, apensado (relator: DEP. DENIS BEZERRA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA;

DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54 DO RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.759, de 2011, de autoria do Deputado Edson Pimenta, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.741, de 2003 - Estatuto do Idoso, em relação à prioridade na tramitação dos processos judiciais. Com esse objetivo, estabelece que a garantia de prioridade de que trata o *caput* do art. 71 do Estatuto do Idoso seja assegurada de ofício pelo magistrado.

Insera ainda, a proposição, ao Estatuto do Idoso o artigo 71-A e seus §§ 1º e 2º para determinar a indicação tanto no sistema de processo eletrônico quanto nos autos físicos de que a lide trata de interesse de idoso e, portanto, seja registrada e acompanhada de modo a garantir a providência legal.

À proposição principal foram apensados os seguintes projetos:

- PL 5.206, de 2013, de autoria da Deputada Flávia Moraes, que agrega o artigo 71-A ao Estatuto do Idoso, para propor que, em processo cuja parte seja pessoa idosa, com idade acima de 75 anos, a decisão judicial deve ser prolatada em até três meses após os autos estarem conclusos para julgamento. Findo esse prazo, os demais processos do juízo ficariam sobrestados até que a decisão fosse proferida.

- PL 6.972, de 2013, de autoria do Deputado Manoel Júnior, que acrescenta dispositivo ao artigo 71 do Estatuto do Idoso, prevendo que os processos administrativos e judiciais em que figurem como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos não fiquem sem movimentação por mais de trinta dias e sejam concluídos em, no máximo três anos, exceto os casos em que houver omissão da própria parte ou interveniente.

- PL 1.829, de 2015, apresentado pelo Deputado Marcos Reátegui, da mesma forma que o projeto principal, prevê que a prioridade ao idoso, no caso, maiores de 60 anos, deve ser conferida de ofício pelo magistrado; que nos sistemas de informação existam campo de informação para cadastrar a data de nascimento das partes; e que os processos fisicamente em papel tenham na sua capa o aviso "idoso" de forma destacada.

Trata-se de proposição com tramitação ordinária, despachada para apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), do Idoso (Cidoso) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), cabendo às duas primeiras, a apreciação do mérito.

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em sessão realizada aos 14 de agosto de 2019, foram aprovados os PLs. 2.759, de 2011; 5.206, de 2013; e 1.829, de 2015, nos termos de substitutivo, e rejeitado o PL 6.972, de 2013; tudo nos termos do relatório e voto do Deputado Sérgio Vidigal.

Nesta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO

É sabido que o envelhecimento da população tem trazido desafios vários e, para garantir ao idoso a sua integração na sociedade e seu bem-estar, a Lei nº 10.741, de 2003 - Estatuto do Idoso, foi aprovada no intuito de regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Como já bem lembrou o Deputado Sérgio Vidigal em seu voto na comissão de mérito que nos antecedeu – Comissão de Seguridade Social e Família - dentre tais direitos, encontram-se os referentes ao acesso à justiça, sendo o *caput* do artigo 71 da referida lei o responsável por assegurar a prioridade no andamento dos processos e procedimentos. O citado artigo assim está redigido, *in verbis*:

“Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

§ 5º Dentre os processos de idosos, dar-se-á prioridade especial aos maiores de oitenta anos.”

Note-se que o parágrafo quinto foi um acréscimo aditado pela Lei número 13.466, de 2017.

Convém informar que a norma supracitada está alinhada ao novo Código de Processo Civil, que tem a seguinte previsão, em seu artigo 1.048, *in litteris*:

“Art. 1.048. Terão prioridade de tramitação em qualquer juízo ou tribunal os procedimentos judiciais:

I em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos ou portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das

enumeradas no art. 6.º, inciso XIV, da Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

II – regulados pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 1.º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 2.º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 3.º Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite ou companheiro em união estável.

§ 4.º A tramitação prioritária independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário.”

Em que pese a existência de prerrogativas legais para beneficiar os idosos, o que se verifica é que, na prática, elas pouco funcionam. É de público conhecimento que alguns tribunais destacam a existência de prioridade, todavia há juízos que não consideram tal critério.

A partir de então, resta demonstrada a importância do projeto lei principal, o de nº 2.759, de 2011, que retira do idoso o ônus de demonstrar o interesse em obter a garantia de prioridade, que passa a ser uma incumbência do magistrado, o que certamente beneficia essa sofrida parcela da população e pode acelerar a prestação jurisdicional. Com a alteração aduzida pela proposição, independerá da parte a solicitação de prioridade, que passa a ser um valor do juízo.

Da mesma forma, é meritória a iniciativa de expandir a identificação de processos referentes a pessoas idosas aos meios eletrônicos de acompanhamento processual, além da identificação dos autos físicos tal como previsto na referida proposição.

No que diz respeito ao PL 5.206, de 2013, também consideramos louvável a iniciativa de reduzir o prazo para que a decisão judicial seja prolatada em três meses após os autos estarem conclusos para julgamento em processo judicial, cuja parte seja pessoa idosa com idade acima de 75 anos. Outrossim, concordamos com a sugestão da Comissão de Seguridade Social e de Família de que o prazo seja de trinta dias.

A fixação do prazo de 30 dias no Estatuto do Idoso será mais uma ferramenta que os cidadãos da terceira idade terão para assegurar os direitos legalmente estabelecidos a eles.

É de grande importância acolher ideias ou iniciativas que busquem agilizar as soluções dos conflitos mediante uma rápida e ágil prestação jurisdicional, capaz de satisfazer os anseios dos destinatários, principalmente quando se trata das pessoas da terceira idade muitas vezes esquecidas pela sociedade.

O Projeto de Lei 5.206, de 2013, prevê que findo o prazo para a decisão judicial, os demais processos do juízo fiquem sobrestados até que a decisão seja proferida. Não podemos concordar com tal medida, que pode vir a ser ingerência nada razoável na administração da justiça, com possíveis eventuais consequências funestas para toda a sociedade.

No que diz respeito ao PL 6.972, de 2013, em que pesem os propósitos do seu autor, entendemos que este não deve prosperar, pois a medida busca a fixação de prazos para a atuação judicial dos magistrados, além dos previstos na legislação processual. O que, repetimos, pode ser medida de consequências imprevisíveis.

Somos de acordo com o texto do PL 1.829, de 2015, pelas mesmas razões que a proposição original merece prosperar.

Sabemos que a maioria das pessoas que litigam contra órgãos previdenciários e órgãos da justiça são idosas ou gravemente doentes e, por isso, merecedoras de tratamento diferenciado. Por isso, é de extrema importância a adoção de medidas que priorizem a tramitação processual, uma vez que os idosos já estão numa idade avançada e, caso haja demora na resolução de seus problemas judiciais ou administrativos, pode ser que nem aproveitem do que lhes é de direito.

Dessa forma, acreditamos que as alterações ao artigo 71 que ora defendemos estão em conformidade com os interesses dos idosos e suas famílias, cujo mérito no âmbito desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa nos parece inquestionável.

Destarte, somos pela aprovação dos Projetos de Lei n.º 2.759, de 2011; 5.206, de 2013, 1.829, de 2015, bem como do substitutivo oferecido pela Comissão de Seguridade Social e Família, e pela rejeição do Projeto de Lei n.º 6.972, de 2013.

Sala da Comissão, em 7 de novembro de 2019.

Deputado DENIS BEZERRA

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 2.759/2011, o PL 5206/2013, e o PL 1829/2015, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, e rejeitou o PL 6972/2013, apensado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Denis Bezerra.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Lídice da Mata - Presidente, Denis Bezerra, Rosana Valle e Carmen Zanotto - Vice-Presidentes, Alexandre Padilha, Delegado Antônio Furtado, Dulce Miranda, Felício Laterça, Flávia Moraes, Geovania de Sá, Gilberto Nascimento, Leandre, Norma Ayub, Ossesio Silva, Dr. Frederico, Fábio Trad, Hélio Costa, Lourival Gomes, Marcelo Freixo e Miguel Lombardi.

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2019.

Deputada LÍDICE DA MATA

Presidente